

A Influência da Informação Midiática na Formulação de Políticas Públicas Ambientais no Brasil

Migcaelle Lidianne Santos Crescencio – migcaelle@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Jurandir Moura Dutra – jurandirdutra@ufam.edu.br
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Resumo

A desinformação ou a informação distorcida por parte dos gestores pode prejudicar seriamente o planejamento das políticas públicas ambientais. A manipulação da informação resulta em impactos consideráveis nas transformações da gestão ambiental brasileira. O acesso à informação é frequentemente viabilizado pela mídia, que desempenha um papel social informativo e inclusivo. Assim, a informação científica se torna um elemento crucial para entender as mudanças políticas e combater a desinformação por parte dos atores políticos. Este artigo busca explorar a produção científica nacional dos anos 2023 e 2024 relacionada à intersecção entre a formulação de políticas públicas ambientais e a mídia. Com uma abordagem teórico-descritiva, emprega técnicas bibliométricas para examinar a plataforma do Google Acadêmico. Os achados revelam uma intensificação recente na produção científica sobre este tema. No entanto, esta ainda está em estágio de maturação, necessitando de uma base conceitual robusta e de autores reconhecidos. Assim, poderá oferecer uma contribuição significativa ao estado da arte deste campo de conhecimento.

Palavras-chave: Formulação de política pública; Papel da informação; Política ambiental.

1 Introdução

A etapa de formulação no ciclo das políticas públicas é considerada de suma importância, pois direciona as fases subsequentes de elaboração e implementação. Nesse contexto, a maneira pela qual a informação alcança os atores políticos envolvidos na administração governamental é fundamental para as decisões a serem tomadas. A distorção de dados ou a desinformação por parte dos gestores pode prejudicar seriamente o planejamento das diretrizes públicas. Um exemplo notável é o que se observa nas políticas ambientais no Brasil, que receberam escassa atenção dos gestores, resultando na intensificação de problemas que já eram sérios. O acesso à informação é frequentemente viabilizado pela mídia, que desempenha um papel social informativo e inclusivo. O discurso midiático tem o poder de mobilizar a opinião pública e influenciar os decisores.

O subsistema de política ambiental no Brasil é intrincado e passou por significativas transformações nos últimos anos. Apesar das fragilidades que persistem, o país conseguiu criar e implementar uma ampla estrutura administrativa e legal para a proteção dos recursos naturais. Recentemente, o governo brasileiro passou por transformações significativas e sem precedentes na administração desse componente. Com a ascensão de um governo de viés conservador, uma grande reviravolta se deu, alterando de forma radical a narrativa oficial da política ambiental e a alocação dos recursos políticos pertinentes. O subsistema ambiental brasileiro tem enfrentado recentes incidentes, como desastres ecológicos e o aumento do desmatamento e das queimadas (Capelari, 2020).

O propósito deste artigo foi descrever como se dá a relação entre a informação midiática e a formulação das políticas públicas ambientais, ao mesmo tempo que a informação científica é vista como uma ferramenta potencial para combater as chamadas *fake news*. A intersecção entre a informação e a formulação de políticas públicas ambientais revela-se um campo de estudo essencial para a compreensão das dinâmicas contemporâneas que permeiam a governança ambiental. Neste contexto, a informação, quando utilizada de maneira adequada, pode servir como uma ferramenta poderosa para os governantes, permitindo-lhes não apenas informar a população sobre as diretrizes e ações necessárias para a preservação do meio ambiente, mas também combater a desinformação que frequentemente envolve a discussão de temas ambientais.

A crescente proliferação de *fake news* sobre questões ambientais demanda uma resposta proativa, em que a informação científica se destaca como um recurso valioso para esclarecer a população e orientar as ações governamentais. Assim, a articulação entre a informação midiática e a construção de políticas públicas ambientais torna-se um pilar essencial para a promoção de um diálogo construtivo e informado, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos relacionados ao meio ambiente. A problematização do tema da formulação de agenda irá orientar o referencial teórico e metodológico em relação às questões relevantes no campo das políticas públicas no contexto brasileiro. Enquanto a influência do discurso midiático e a agenda *setting* exercem um papel significativo nas decisões sobre as prioridades sociais. Da mesma forma, o acesso à informação legítima e a atuação de grupos de interesse nas políticas públicas são aspectos que merecem destaque (Barcelos, 2016).

2 Referencial teórico

2.1 Formulação de políticas públicas

No ciclo das políticas públicas, a fase de formulação é o momento que se elaboram possíveis estratégias governamentais voltadas para resolver problemas que figuram na agenda do governo. Os formuladores de políticas frequentemente se deparam com janelas de oportunidade que se fecham rapidamente, o que os leva a buscar soluções viáveis. A pressão pela rapidez pode resultar em decisões inadequadas sob uma perspectiva de longo prazo. Assim, o desafio reside em equilibrar a necessidade de ação imediata com a responsabilidade de desenvolver soluções sustentáveis que realmente atendam às demandas da sociedade. Essa tensão é um elemento central na formulação de políticas, refletindo a complexidade e a importância desse estágio no ciclo de políticas públicas (Wu et al., 2014).

A formulação de políticas públicas representa um momento que precede a tomada de decisões significativas, antes que estas sejam oficializadas. Portanto, não é apenas um ato administrativo, mas um processo deliberativo que requer análise crítica e inovação, visando a construção de um futuro mais justo e equitativo. Trata-se de processos distintos voltados para a definição da agenda e das alternativas a serem consideradas; certos temas ganham destaque e capturam a atenção de diversos atores, enquanto outros assuntos acabam sendo deixados de lado (Capella, 2018).

A agenda refere-se ao conjunto de temas ou problemas que são considerados relevantes em um dado momento, emergindo da ação política de diversos atores, como burocratas, movimentos sociais, partidos políticos e a mídia (Capella, 2018). Nesse contexto, a formulação da agenda de governo é um processo dinâmico que envolve a identificação e a seleção de questões sociais que demandam intervenção estatal. A eficácia desse processo depende não apenas da capacidade dos governantes de reconhecer as necessidades da população, mas também da habilidade de articular essas demandas em um contexto político e institucional favorável. Assim, o processo de definição da agenda envolve a escolha dos tópicos que merecem a atenção governamental. Trata-se de um exercício de determinação e definição do que é considerado um problema (Wu et al., 2014).

No que tange à formulação da agenda, a qual é um processo complexo e abrange múltiplos fatores, a opinião pública se destaca como um dos mais significativos. A manipulação da informação veiculada por diferentes canais midiáticos pode moldar percepções, influenciar decisões e consolidar narrativas que nem sempre refletem a realidade. Assim, torna-se imperativo que o público desenvolva um olhar crítico em relação aos conteúdos consumidos, reconhecendo que a interpretação da informação é frequentemente filtrada por interesses específicos. A responsabilidade da mídia, portanto, não se limita à transmissão de dados, mas se estende à ética de informar com precisão e transparência, contribuindo para uma sociedade mais bem informada e capaz de formar opiniões fundamentadas. Dessa forma, a mobilização de capital social pela mídia, por meio da disseminação de informações, assume um papel fundamental, considerando o poder que os meios de comunicação têm em moldar a opinião pública (Barcelos, 2016).

A formulação da agenda é fundamental para as etapas subsequentes de concepção e execução das políticas públicas. Esse processo ocorre durante o ciclo político decisório, abrangendo desde o processo eleitoral até a mobilização de grupos de interesse, movimentos sociais e a formação da opinião pública. A maneira como os atores políticos interpretam o problema e a forma como ele é delineado na fase de agenda influenciará todo o debate que guiará as decisões nesse processo. Os responsáveis pela tomada de decisão também podem escolher não agir, optando por não implementar a política pública. No processo de exclusão da agenda, os problemas são

intencionalmente mantidos fora do foco, afastando-os assim da esfera de ação governamental (Capella, 2018).

Sobre o agendamento, existem duas categorias: a agenda sistêmica e a agenda governamental. A primeira abrange todas as questões que atraem a atenção da sociedade e são percebidas como problemas ou temas que devem ser abordados pelo governo ou pelos decisores. Por outro lado, a segunda é composta pela atenção que os próprios tomadores de decisão e governantes dedicam aos assuntos que consideram relevantes.

2.2 Agenda *setting* X agenda governamental

Agenda *setting* pode ser compreendida como o processo que destaca certos temas para o debate, atraindo a atenção dos agentes políticos capazes de implementar políticas públicas. Brasil e Jones (2020) destacam a relevância do foco em questões percebidas como problemas de interesse coletivo prioritários, sublinhando que a atenção é um recurso escasso e limitado. Assim, é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas compreender quais temas capturam a atenção dos tomadores de decisão e como se dá esse processo de priorização.

A função da mídia é fundamental como agente de visibilidade e transparência nos processos políticos. Ademais, é importante destacar o poder de mobilização que a mídia exerce, uma vez que a instabilidade na ordem de prioridades sociais é uma característica marcante em democracias ainda em desenvolvimento, como as da América Latina. Acredita-se que esse cenário de flutuação nas demandas populares favorece mudanças na orientação da opinião pública por meio do discurso midiático (Barcelos, 2016).

A compreensão do processo de agenda *setting* se torna essencial para analisar as interações entre a mídia, os cidadãos e os formuladores de políticas, revelando o impacto profundo que essas dinâmicas exercem na governança contemporânea. Não se trata apenas dos impactos de uma repetição contínua de certos temas na produção jornalística, mas sim de uma construção de significado, através do enquadramento de tópicos específicos. É responsabilidade dos meios de comunicação (tanto por função quanto por escolha) não apenas decidir quais fatos merecem visibilidade, mas também interpretar o significado dos fatos que se tornam evidentes (Ferrer, 2023).

Por meio desse processo de agenda *setting*, os decisores são frequentemente guiados pelas narrativas promovidas pela mídia, que, ao priorizar determinados assuntos, não apenas delineiam a percepção coletiva, mas também definem a pauta das discussões políticas. Em sociedades com uma imprensa relativamente livre, a mídia pode exercer um papel decisivo ao destacar questões relevantes tanto para o público quanto para as pautas governamentais. O avanço das tecnologias de informação e comunicação tem sido um fator significativo que potencializa a capacidade da mídia de moldar a opinião pública sobre questões sociais (Wu et al., 2014).

2.3 Políticas públicas ambientais

A comunicação desempenha um papel fundamental nas questões ambientais, pois informa a população sobre sua relevância, além de ser vital para a conscientização coletiva sobre o necessário para promover o desenvolvimento sustentável. Ademais, a comunicação serve não apenas como um canal de transmissão de informações, mas também como uma ferramenta essencial para a construção de políticas públicas eficazes. A disseminação de dados precisos e

acessíveis sobre o meio ambiente é fundamental para conscientizar a sociedade acerca dos desafios contemporâneos, além de fomentar o engajamento cívico e a participação ativa dos cidadãos nas decisões que afetam seu entorno. Assim, uma comunicação bem estruturada e orientada para a educação ambiental pode contribuir significativamente para a elaboração de estratégias que visem à sustentabilidade e à preservação dos recursos naturais, promovendo um diálogo construtivo entre autoridades, especialistas e a comunidade. Como também, a comunicação tem papel fundamental na educação ambiental, essencial para redefinir a relação do ser humano com a natureza (Oliveira e Nader, 2005).

O subsistema de política ambiental no Brasil exemplifica como informações precisas, ou a ausência delas, podem afetar e moldar as decisões dos líderes. A desinformação, especialmente em tempos de intensa circulação de informações pela internet, representa um desafio significativo para a efetividade das políticas públicas ambientais. A proliferação de *fake news* pode distorcer a percepção pública e minar a confiança nas informações científicas. O debate acerca das mudanças climáticas, por exemplo, tem sido permeado por desinformação destinada a confundir o público e obstruir, ou ao menos adiar, ações cruciais em relação a um problema evidente e crescente no país (Brasil e Jones, 2020).

A formulação e implementação de políticas ambientais são moldadas por uma rede de agentes sociais, cujas conexões se estendem desde o Estado e os representantes do povo, passando pela academia e pelos cientistas, os setores econômicos, os canais de comunicação, até a sociedade civil organizada e a população em sua totalidade. Divergências de interesses entre esses agentes comprometem tanto a eficácia quanto a abrangência das políticas públicas, resultando no desperdício de tempo, recursos humanos e financeiros (Siqueira, 2008).

A manipulação da informação resultou em impactos consideráveis nas transformações da gestão ambiental brasileira, tais como: o aparecimento de um subsistema de gestão ambiental hostil; o realinhamento entre coalizões marginalizadas em uma direção cooperativa; a imposição de barreiras à negociação; e a substituição do uso de dados científicos por informações mais politizadas. Os efeitos da negação, distorção e até mesmo da desvalorização da informação são profundos nas políticas públicas. Ademais, evidenciam o quanto a adoção de táticas como as *fake news* pode impactar negativamente os decisores. Assim, a informação científica se torna um elemento crucial para entender as mudanças políticas e combater a desinformação por parte dos atores políticos (Capelari, 2020).

As diretrizes ambientais deveriam ser elaboradas com base nas comunicações do meio científico, consideradas racionais, objetivas e legítimas. Em contrapartida, as percepções da população são vistas como subjetivas, desinformadas e de menor relevância. Os responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas podem cometer erros de avaliação influenciados por cidadãos politicamente ativos, cujas opiniões frequentemente divergem da maioria silenciosa e da mídia (Siqueira, 2008).

Oliveira (2021) realizou um estudo cujo intuito foi identificar o perfil das produções científicas nacionais sobre políticas públicas ambientais, em periódicos da área de administração, classificados pelo Qualis Periódicos de B2 a A1, no intervalo de 2013 a 2017. Os resultados revelam uma dedução preocupante: o tema de políticas públicas ambientais foi pouco abordado nas revistas científicas de administração. De fato, apenas 56 obras foram localizadas em uma pesquisa censitária, cujo universo totalizou 8.077 artigos.

As disparidades entre a excessiva simplificação dos problemas ambientais apresentados ao público e a rica variedade de situações encontradas em contextos locais contribuem para a apatia política em relação às questões ambientais. De maneira semelhante, manifestações que são excessivamente técnicas e retóricas populistas, que não estimulam reflexões mais profundas sobre as ações individuais e coletivas, acabam por desmerecer as comunicações sobre temas ambientais (Siqueira, 2008).

Os meios de comunicação de massa, por exemplo, possuem a responsabilidade de fomentar a conscientização ambiental. O papel da mídia é crucial para que a questão ambiental se incorpore aos debates públicos, tornando-se mais próxima da experiência diária do cidadão (Oliveira e Nader, 2005). A imprensa procura tornar as informações mais cativantes, dramáticas e alarmantes sempre que possível (Siqueira, 2008).

Seja na esfera ambiental ou em outras questões que requerem o engajamento consistente da sociedade, é fundamental contar com a atuação consciente dos meios de comunicação de massa. A informação deve ser acessível a todos. No que diz respeito ao meio ambiente, é essencial que certas noções históricas e técnicas sejam apresentadas de maneira clara e compreensível, utilizando uma linguagem que facilite a compreensão geral, traduzindo o jargão frequentemente utilizado por biólogos, químicos e outros especialistas que estão mais familiarizados com as complexidades ecológicas (Oliveira e Nader, 2005).

As produções relacionadas a políticas públicas ambientais no Brasil, assim como pesquisas que ampliem o espectro de análise ou aprofundem as discussões, representam um caminho que deveria ser mais valorizado para impactar os gestores. O Estado tem atuado de maneira inicial no desenvolvimento sustentável, e cabe aos pesquisadores da administração colaborar para que o governo utilize de forma eficaz seu considerável poder como comprador, regulador e gestor de recursos naturais (Capelari, 2020).

3 Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é classificada quanto à natureza como aplicada, pois busca gerar conhecimentos que possam ser utilizados na prática para solucionar problemas específicos (Prodanov, 2013). A abordagem é de natureza qualitativa, com o intuito de proporcionar uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenômenos em análise, empregando a profundidade interpretativa que caracteriza a pesquisa qualitativa (Creswell, 2021). No que tange aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que registra e descreve os fatos sem interferir em sua essência (Prodanov, 2013).

Em termos de procedimentos técnicos, a pesquisa é tanto bibliográfica quanto documental. A pesquisa bibliográfica é construída a partir de material previamente publicado, visando conectar o pesquisador diretamente com a literatura existente sobre o tema investigado. Já a pesquisa documental fundamenta-se em materiais que ainda não passaram por um tratamento analítico ou que podem ser reestruturados conforme os objetivos da investigação (Prodanov, 2013).

A abordagem escolhida foi a bibliometria, que envolve a aplicação de métodos estatísticos e matemáticos para elucidar aspectos da literatura e de outros meios de comunicação (Araújo, 2006). Este artigo se propôs a realizar um panorama da produção científica dos anos de 2023 e 2024, utilizando terminologias que podem estar diretamente ligadas a este campo de investigação: política pública ambiental e informação midiática, na base científica Google Acadêmico. Trata-se de uma pesquisa na qual o trabalho é orientado por um plano preestabelecido e com parâmetros de análise claramente definidos.

O método de coleta documental e a busca manual na base de dados e no evento durante o período estipulado foram adotados. As produções científicas foram localizadas usando os termos de busca mencionados, fazendo parte da amostra desta investigação. A evolução histórica, os autores dos artigos, as áreas e os tipos de pesquisa foram analisados bibliometricamente. Os resultados foram apresentados através do agrupamento em categorias.

A filtragem aconteceu entre os dias 1 e 3 de fevereiro de 2025. O objetivo foi identificar produções científicas nacionais publicadas em língua portuguesa nos anos de 2023 e 2024. Utilizando as palavras-chave “política pública ambiental” e “mídia”, inicialmente foram encontrados 44 resultados. Desses, 21 foram eliminados de imediato, por não estarem em língua portuguesa ou por não se relacionarem com a área de pesquisa proposta. Após uma avaliação meticulosa do conteúdo das produções acadêmicas, restaram nove trabalhos. Entre as nove pesquisas relacionadas aos temas explorados, quatro são dissertações e cinco são artigos científicos.

4 Análise dos resultados

Com base na investigação realizada, notaram-se diversos aspectos significativos acerca das publicações que abordam os termos em questão. Uma diversidade de temas, áreas e conexões emergentes foi identificada a partir de dissertações e artigos publicados em periódicos (Quadro 1).

Trabalho	Tipo	Ano	Área	Contexto
GIRARDI, Ilza Maria Tourinho	Artigo científico	2023	Comunicação	Aponta uma ampliação da pauta ambiental no Jornal Nacional em 2019, comparado às pesquisas científicas publicadas anteriormente.
SILVA, Abner Reis et al.	Artigo científico	2023	Direito	Analisa a participação da população em políticas públicas que buscam a proteção ambiental.
ANDRADE, Virgínia Corrêa Santos	Artigo científico	2024	Meio ambiente	Analisa a formulação de política pública, verificando o contexto econômico e político que embasou a aprovação e posteriores alterações no Renovabio.
OPUSZKA, Paulo Ricardo	Artigo científico	2024	Direito	Analisa as políticas públicas ambientais para preservação da Floresta Amazônica, bem como sua condução pelo Poder Executivo Federal, num contexto de omissão e orientação ideológica para o desmatamento.
SOUSA, Caíque Rodrigues de Carvalho	Artigo científico	2024	Desenvolvimento Sustentável	Analisa temáticas sobre políticas públicas ambientais, fazendo associações com a

				educação ambiental, que indica abordagens multidisciplinares.
--	--	--	--	---

Quadro 1: Conteúdo das pesquisas em artigos. Fonte: elaborado pelos autores.

Como mostrado no Quadro 1, em relação aos artigos científicos, as conexões muitas vezes não estão diretamente relacionadas às políticas públicas ambientais, provavelmente por causa da falta de publicações encontradas no período de tempo analisado. As várias disciplinas parecem priorizar as questões ambientais em detrimento das sociais. Dado que este é um tema que abarca múltiplas áreas de conhecimento, conforme indicado no Quadro 1, não se destacam autores que tenham produzido um volume significativo de trabalhos sobre a temática.

O Quadro 2 ilustra as dissertações que fazem a conexão entre o Desenvolvimento Sustentável e a elaboração de políticas públicas. Esses estudos avaliam, desde a participação dos diversos atores envolvidos até a diminuição da imposição de multas pelo Ibama, talvez como reflexo do governo conservador anterior ao atual. Além disso, traz à tona experiências e projetos implementados com base em fundos de cooperação internacional, assim como analisa os dados relativos ao desmatamento.

Trabalho	Tipo	Ano	Área	Contexto
OLIVEIRA, Arianne Sandri	Dissertação	2023	Meio ambiente	Avalia a participação dos segmentos envolvidos (Governo, entidades e sociedade) na promoção da política pública ambiental.
FERREIRA, Hugo Leonardo Mota	Dissertação	2024	Desenvolvimento Sustentável	Investiga sobre a redução no número de multas aplicadas pelo Ibama, que implica em compreender como se deu a desestruturação do processo sancionador ambiental, que reflete o seu enfraquecimento.
GUIMARÃES, Marcos de Souza Fonseca	Dissertação	2024	Desenvolvimento Sustentável	Apresenta como o Fundo Amazônia faz suas escolhas de alocação de recursos, para a compreensão de como a política é formada e orientada para intervir na realidade social.
MARTINS, Marcela Ibiapino	Dissertação	2024	Desenvolvimento Sustentável	Compreender o fenômeno do desmantelamento das políticas públicas ambientais da Amazônia Legal.

Quadro 2: Conteúdo das pesquisas em dissertações. Fonte: elaborado pelos autores.

5 Conclusão

Este artigo teve como propósito explorar a produção científica que investiga a interconexão entre políticas públicas ambientais e a comunicação midiática. Para tal, foram examinadas as publicações atinentes a esses tópicos em periódicos de uma base de dados, com foco em um intervalo de dois anos, identificando os temas mais recorrentes nesse domínio de pesquisa.

O estudo teve início com uma explicação conceitual sobre os principais termos empregados para caracterizar as iniciativas no processo de elaboração das políticas públicas. Ademais, foi

realizada uma análise documental e uma investigação qualitativa, que abrangeu a análise temporal de séries históricas e um estudo bibliométrico. A partir dos resultados obtidos, foi viável entender a produção científica acerca do assunto, que ainda se encontra em fase de consolidação. Esse campo demanda uma estrutura conceitual mais sólida e autores devidamente referenciados, para que possa alcançar um patamar mais elevado de contribuição ao avanço do estado da arte nesta área do conhecimento.

Observou-se que o tema em questão é atual, está em evolução e permeado por diversas terminologias nas discussões acadêmicas. Vale ressaltar que o aumento do interesse dos gestores por políticas públicas ambientais gerou um número significativo de reportagens na mídia. Nesse cenário, a academia deve acompanhar e analisar profundamente a evolução dessas iniciativas. É crucial avaliar de forma crítica e criteriosa os resultados de suas ações. Especial atenção deve ser dada à influência da informação midiática na formulação das políticas públicas ambientais.

Este trabalho buscou contribuir para o avanço do conceito por meio de uma reflexão sobre as abordagens mais desenvolvidas até o momento. A pesquisa bibliométrica apresenta uma limitação, pois se baseou em uma análise qualitativa. Portanto, para futuras investigações, sugere-se um método qualitativo sobre os conceitos apresentados pelos autores identificados neste estudo, com o objetivo de esclarecer as principais estratégias. Outra limitação deste trabalho é a utilização exclusiva de uma única base de dados, o que dificultou uma comparação mais precisa entre as publicações, visto que não há uniformidade nos resultados.

6 Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Bibliometria: Evolução Histórica e Questões Atuais. **EmQuestão**, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.

BARCELOS, Márcio; MENEZES, Vinícius Pereira. A mídia como protagonista na formação da agenda de políticas públicas na área da saúde no Brasil. **Juris - Revista da Faculdade de Direito**, v. 23, p.103-122, 2016.

BRASIL, Felipe Gonçalves; JONES, Bryan. Agenda Setting: Mudanças e a Dinâmica das Políticas Públicas. Uma Breve Introdução. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1486-1497, 2020.

CAPELARI, Mauro Guilherme Maidana; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães; CALMON, Paulo Carlos Du Pin; BORINELLI, Benilson. Mudança de Larga Escala na Política Ambiental: Análise da Realidade Brasileira. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 1691-1710, 2020.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Formulação de Políticas. Enap, 2018.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Penso, 2021.

FERREIRA, Hugo Leonardo Motta. Desestruturação do processo sancionador ambiental do Ibama entre 2020 e 2022: meandros do enfraquecimento e alternativas para fortalecer o instrumento de repressão aos ilícitos ambientais. 2024.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; LOOSE, Eloisa Beling; STEIGLEDER, Débora Gallas; MASSIERER, Carine. Meio ambiente no Jornal Nacional: das tragédias às disputas políticas. **Ânimus: Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, v. 22, n. 48, 2023.

GUIMARÃES, Marcos de Souza Fonseca. A trajetória do Fundo Amazônia: configuração, estabilidade, paralisação e retomada analisada por meio do modelo de equilíbrio pontuado. 2024.

MARTINS, Marcela Ibiapino. Desmantelamento da política de ordenamento territorial nos governos estaduais da Amazônia Legal: um estudo comparado. 2024.

OLIVEIRA, Arianne Sandri. O Plano ABC como política pública de mitigação de gases de efeito estufa no bioma cerrado. 2024.

OLIVEIRA, Jéssica Eloísa; STREIT, Jorge Alfredo Cerqueira; VIEIRA, Diego Mota; GUARNIERI, Patrícia. Políticas Públicas Ambientais: Produção Científica em Periódicos Nacionais da Área de Administração entre 2013 e 2017. **Revista Gestão & Regionalidade**, v. 37, n. 110, 2021.

OPUSZKA, Paulo Ricardo; BARON, Tuany. O “Estado Teatral” em Matéria Ambiental: Entre o Controle Judicial dos Desmatamentos Ilegais no Bioma Amazônico e a Monetização da Preservação. **Revista Jurídica da Amazônia**, v. 1, n. 1, p. 77-100, 2024.

SILVA, Abner Reis; CALIXTO, João Gabriel de Jesus; COSTA, Maria Matos; CAVALCANTI, Emerson Barrack. A participação da sociedade civil em políticas do estado para sustentabilidade socioambiental. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 3, n. 1, 2023.

SIQUEIRA, Leandro de Castro. Política ambiental para quem?. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 11, p. 425-437, 2008.

SOUSA, Caíque Rodrigues de Carvalho; NÁPOLIS, Patrícia Maria Martins; NETO, José Machado Moita Abordagens em ciências ambientais na pós-graduação em políticas públicas. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 15, n. 5, p. e3560-e3560, 2024.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, p. 20-45, 2006.